FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura
Ano lectivo de 2025/2026

1. Nome da Unidade curricular:

Direito da União Europeia – UC obrigatória
(2.º Semestre – Noite)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐
Horas de Trabalho: 168
Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Maria José Rangel de Mesquita (2 hr/semanais)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Tiago Antunes (2hrs/semanais), Cristina Sousa Machado (4hrs/semanais) e Lis Cisz (4 hrs/semanais)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):
- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais relativos à temática do Direito da União Europeia e da sua Ordem Jurídica, incluindo a questão da protecção dos direitos fundamentais e do Estado de direito enquanto valores europeus;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento da União Europeia, sua relação com as ordens jurídicas nacionais e desafios presentes e futuros da integração europeia.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):
- a análise crítica dos elementos estruturantes do sistema jurídico União Europeia à luz do Tratado de Lisboa e da Conferência sobre o Futuro da União Europeia;
- a aquisição de competências essenciais para a compreensão da configuração e regime dos instrumentos de actuação da União Europeia;
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução, estruturação e desenvolvimento da Ordem Jurídica da União Europeia e sua relação com as ordens jurídicas dos Estados membros;
- a compreensão crítica da relação entre a União Europeia e outros sujeitos de Direito internacional.

6. Conteúdos programáticos:

TÍTULO I – INTRODUÇÃO

Cap. I – Considerações introdutórias

Cap. II – As bases políticas e jurídicas da integração europeia

Cap. III – Os períodos da integração europeia: caracterização geral

TÍTULO II – UNIÃO EUROPEIA (UE): CARACTERIZAÇÃO GERAL

Cap. IV - A UE na (re)configuração decorrente do Tratado de Lisboa: traços essenciais

Cap. V - Os sujeitos da ordem jurídica da UE

Cap. VI – Valores, princípios, objectivos e atribuições da UE

TÍTULO III – UE: REGIME INSTITUCIONAL E ORGÂNICO

Cap. VII – A estrutura institucional e orgânica da UE

TÍTULO IV – UE: FONTES E INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE ACTUAÇÃO

Cap. VIII – As fontes de Direito da UE

Cap. IX – Os processos de adopção de actos de direito derivado e os processos de *ius tractuum*

TÍTULO V – ORDEM JURÍDICA DA UE E ORDENS JURÍDICAS DOS ESTADOS MEMBROS

Cap. X – As relações entre a ordem jurídica da UE e as ordens jurídicas nacionais

Cap. XI – As relações entre o direito da UE e o direito dos Estados membros

TÍTULO VI – UE E ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

TÍTULO VII - UE E ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

TÍTULO VIII – PRESENTE E FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA: O POST CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA E A (FUTURA) REVISÃO DOS TRATADOS

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem exaustiva dos aspectos principais do sistema jurídico da União Europeia e sua relação com as ordens jurídicas nacionais, incluindo a portuguesa, bem como com a ordem jurídica internacional.

8. Metodologias de ensino:

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa a cada ponto dos conteúdos programáticos; a elaboração de trabalho individual pelos alunos sobre temáticas abrangidas no programa e análise crítica das questões jurídicas e de exercitação prática do direito da União.

9. Avaliação:

A metodologia de avaliação (Método A previsto no Regulamento de Avaliação [arts. 11.º, n.º 1, a) e 13.º e ss.]) assenta, para além do elemento da prova escrita (com a ponderação de 40%), nos elementos de avaliação contínua que revestem uma componente prática (com a ponderação de 60%):

- apresentação e comentário de jurisprudência do TJUE ou apresentação e comentário de outras fontes de DUE (v.g. textos relativos à integração europeia; artigos do TUE/TFUE; artigos da CDFUE);

- resolução de hipóteses ou simulação de procedimento legislativo ou outro; outros elementos, nomeadamente, preparação e participação em debate sobre temas do programa; investigação e exposição oral de temas indicados pelos docentes; respostas a perguntas pontuais e assiduidade às aulas.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à temática do sistema jurídico da União Europeia e dos conhecimentos essenciais sobre a sua caracterização e modo de funcionamento e da relação da União Europeia e sua ordem jurídica com as ordens jurídicas nacionais e a ordem jurídica internacional e seus sujeitos.

A análise e o comentário crítico de textos e da jurisprudência relevante, bem como a elaboração de simulações e a resolução de casos práticos e outros trabalhos permitem, em especial uma compreensão do modo de funcionamento do sistema na prática – em termos materiais e procedimentais – com vista à sua utilização face a uma concreta questão a resolver e, ainda, do modo de articulação entre os níveis da integração europeia (nacional, supranacional).

11. Bibliografia principal:

M. J. Rangel de Mesquita, *A União Europeia após o Tratado de Lisboa,* Coimbra, Almedina, 2010; *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa,* Coimbra, Almedina, 2011; C*ontencioso da União Europeia, 4.*ª ed., Coimbra, Almedina, 2022; *Direito da União Europeia. Integração, soberania e cidadania: Confrontos,* Lisboa, AAFDL, 2025; *Direito da União Europeia. Textos Básicos,* 3.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2024.

Fausto de Quadros, *Direito da União Europeia,* 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2013 (reimpr. 2021)

A. M. Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia,* 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2017

M. L. Duarte, *União Europeia – Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária, Vol. I,* Coimbra, Almedina, 2017 (reimpr. 2020); *Direito da União Europeia. Lições desenvolvidas*, Lisboa, AAFDL, 2021 (3.ª reimpr. 2025)

J. Machado, *Direito da União Europeia, 4.*ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2022

Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto, Maria José Rangel de Mesquita e Rui Lanceiro (Coord. científica), *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto valores europeus após a Conferência sobre o Futuro da Europa,* Lisboa, AAFDL, 2025; Direção-Geral da Política de Justiça, Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto, Maria José Rangel de Mesquita e Rui Lanceiro (Coord. científica), *A promoção dos Direitos Fundamentais e do Estado de Direito enquanto valores europeus nas políticas públicas,* Lisboa, AAFDL, 2025; Ana Isabel Soares Pinto, Maria José Rangel de Mesquita, Rui Tavares Lanceiro e Centro de Estudos Judiciários (Coord. científica), *Promoção dos Direitos Fundamentais e do Estado de Direito enquanto Valores Europeus na Litigância nacional e Internacional,* Lisboa, AAFDL, 2025

M. Kellerbauer, M. Klamert e J. Tomkin, (eds.), *Commentary of the EU Treaties and the Charter of Fundamental Rights,* 2ª. ed., Oxford, OUP, 2024

P. Craig e G de Búrca, *EU Law. Text, Cases and materials,* 8.ª Ed., Oxford, OUP, 2024

Koen Lenaerts, P. Van Nuffel e T. Corthaut, *EU Constitutional Law,* Oxford, OUP, 2021 (Paperback, 2022)

R. Schütze, *European Union Law, 4.ª* ed., Oxford, OUP, 2025; *European Constitutional Law,* 3.ª ed, Oxford, OUP, 2021

12. Observações:

O ensino da unidade curricular integra o ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet "Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe" (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe e Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation (§§ 5, 7, 15, 16, 36 e 40 do Programa]).

Programa desenvolvido, bibliografia complementar e outros elementos de estudo relevantes (nomeadamente, Tratados, direito derivado, outros documentos, jurisprudência ou *sites* para investigação; simulações e exercícios práticos): consultar a página da unidade curricular na Plataforma E-Learning da UL disponível na página da FDUL (no início do 2.º Semestre).

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course - Degree in Law
Academic year 2025/2026

1. Curricular Unit Name:

European Union Law
(2nd Semester – TN)

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☒ Annual ☐
Work hours: 168
Credits ECTS: 6

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Maria José Rangel de Mesquita (2 hr/semanais)

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Tiago Antunes (2hrs/week), Cristina Sousa Machado (4hrs/week), Lis Cisz (4hrs/week)

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Learning outcomes (juridical knowledge):
- to acquire the relevant technical-juridical key concepts concerning EU Law and its legal order, including the matter of the protection of fundamental rights and of the Rule of Law as values of the European Union;
- to acquire knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the EU, its relationship with national legal orders and present and future challenges to European integration.

Learning outcomes (skills and competences):
- critical analysis of the structural elements of the EU legal system in the light of the Treaty of Lisbon and the Conference on the future of Europe;
- to acquire the relevant technical-juridical key concepts concerning the structure and instruments of the legal system of the EU;
- critical analysis of the case law produced by this system as well as of its contribute to the shaping and development of the EU legal Order and its relationship with national legal orders;
- critical comprehension of the relationship between the EU and other actors of the international legal order.

6. Syllabus:

TITLE I – INTRODUCTION

Chap. I – Introductory remarks

Chap. II – The political and juridical foundations of the European integration

Chap. III – The phases of the European integration: main features

TITLE II – EUROPEAN UNION (EU): MAIN GENERAL FEATURES

Chap. IV – The (re)shaping of the EU by the Treaty of Lisbon: main features

Chap. V – The subjects of the EU legal order

Chap. VI – Values, principles, aims and competences of the EU

TITLE III – EU: Institutional and organic framework

Chap. VII – The institutional and organic framework of the UE

TITLE IV – EU: SOURCES OF LAW AND LEGAL INSTRUMENTS

Chap. VIII – The sources of EU law

Chap. IX – The procedures for the adoption of EU acts and the *ius tractuum* procedures

TITLE V – EU LEGAL ORDER AND MEMBER STATES LEGAL ORDERS

Chap. X – The relationship between the EU legal order and the Member States legal orders

Chap. XI – The relationship between EU law and the Member States national law

TITLE VI – EU AND INTERNATIONAL LEGAL ORDER

TITLE VII - EU AND PORTUGUESE LEGAL ORDER

TITLE VIII – PRESENT AND FUTURE OF THE EUROPEAN UNION: THE POST CONFERENCE ON THE FUTURE OF EUROPE AND THE (FUTURE) REVISION OF THE TREATIES

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the legal system of the EU and its relationship with national legal orders of the Member States, including the Portuguese legal order, as well as with intrenational legal order.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Teaching methodologies are based in three elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law related to each item of the syllabus; development of individual work by the students on thematic items included in the syllabus and critical analysis of the legal issues as well as applying EU law to solve concrete problems.

9. Evaluation:

Evaluation methodology (method A as foreseen in the Regulation [arts. 11.º, n.º 1, a) e 13.º e ss.])) is based, besides a written examination (weighting 40%), on the elements of continuous evaluation which will be of practical nature (weighting 60%):

- presentation and comment of case law of the CJEU or presentation and critical commentary of other sources of EU law (v.g. texts related to European integration; TEU/TFEU articles; Charter articles);
- solving practical cases or simulation of procedures for the adoption of EU acts; other elements, namely preparation and debating on topics included in the syllabus; research and oral presentation of topics as indicated by the professor; answers to questions in class and assiduity in class.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The theorical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the legal system of the EU as well of the key knowledge on the nature and modus operandi of the EU and its legal order and its relationship with Member States legal orders and international legal order and its actors.

The critical analysis of the case law and relevant texts, as well as drafting of a procedural piece and the solving of cases and other assignments allow in particular the comprehension of the EU legal system in practice – in substantive and procedural terms –, aiming at its application when facing a concrete legal matter to solve, as well as its relationship between the different (national, supranational) levels involved of European integration.

11: Main Bibliography:

M. J. Rangel de Mesquita, *A União Europeia após o Tratado de Lisboa,* Coimbra, Almedina, 2010; *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa,* Coimbra, Almedina, 2011; C*ontencioso da União Europeia, 4.*ª ed., Coimbra, Almedina, 2022; *Direito da União Europeia. Integração, soberania e cidadania: Confrontos,* Lisboa, AAFDL, 2025; *Direito da União Europeia. Textos Básicos,* Lisboa, 3.ª ed., Lisboa, AAFDL, 2024

Fausto de Quadros, *Direito da União Europeia,* 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2013 (reimpr. 2021)

A. M. Guerra Martins, *Manual de Direito da União Europeia,* 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2017

M. L. Duarte, *União Europeia – Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária, Vol. I,* Coimbra, Almedina, 2017 (reimpr. 2020); *Direito da União Europeia. Lições desenvolvidas*, Lisboa, AAFDL, 2021 (3.ª reimpr. 2025)

J. Machado, *Direito da União Europeia, 4.*ª ed., Coimbra, Gestlegal, 2022

Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto, Maria José Rangel de Mesquita e Rui Lanceiro (Coord. científica), *Direitos Fundamentais e Estado de Direito enquanto valores europeus após a Conferência sobre o Futuro da Europa,* Lisboa, AAFDL, 2025; Direção-Geral da Política de Justiça, Teresa Nunes, Ana Isabel Soares Pinto, Maria José Rangel de Mesquita e Rui Lanceiro (Coord. científica), *A promoção dos Direitos Fundamentais e do Estado de Direito enquanto valores europeus nas políticas públicas,* Lisboa, AAFDL, 2025; Ana Isabel Soares Pinto, Maria José Rangel de Mesquita, Rui Tavares Lanceiro e Centro de Estudos Judiciários (Coord. científica), *Promoção dos Direitos Fundamentais e do Estado de Direito enquanto Valores Europeus na Litigância nacional e Internacional,* Lisboa, AAFDL, 2025

M. Kellerbauer, M. Klamert e J. Tomkin, (eds.), *Commentary of the EU Treaties and the Charter of Fundamental Rights,* 2.ª ed., Oxford, OUP, 2024

P. Craig e G de Búrca, *EU Law. Text, Cases and materials,* 8.ª Ed., Oxford, OUP, 2024

Koen Lenaerts, P. Van Nuffel e T. Corthaut, *EU Constitutional Law,* Oxford, OUP, 2021 (Paperback, 2022)

R. Schütze, *European Union Law, 4.*ª ed., Oxford, OUP, 2025; *European Constitutional Law,* 3.ª ed, Oxford, OUP, 2021

12: Remarks:

The teaching activity will be part of the teaching and research activities of the Jean Monnet "Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe" - (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [§§ 5, 7, 15, 16, 36 and 40 of the Syllabus]).

Developed Syllabus and Bibliography and other materials: consult the webpage of the curricular unit at the webpage of the Faculty of Law (at the beginning of the 2nd Semester).